

BALANÇO PATRIMONIAL INTERMEDIÁRIO
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30/09/2018
(em milhares de reais)

ATIVO	Nota	30/09/2018	31/12/2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	30/09/2018	31/12/2017
Circulante		269.490	199.210	Circulante		400.066	353.387
Caixa e equivalentes de caixa.....	5	179.313	108.959	Salários, provisão e encargos sociais.....	15	71.765	52.994
Valores vinculados à aplicação em infraestrutura	6	14.368	13.893	Fornecedores e prestadores de serviços.....		12.871	38.874
Contas a receber de clientes, líquidas	7	53.688	56.147	Impostos e contribuições	16	25.546	19.736
Estoques.....		419	574	Juros sobre capital próprio a pagar.....	22.2	-	1.500
Créditos tributários.....	8	61	3.893	Plano de pensão	18	1.925	13.339
Despesas antecipadas.....		-	51	Obras efetuadas por arrendatários	19	16.832	15.477
Outros créditos.....	23.1	21.641	15.693	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	17	238.865	170.400
				Parcelamento processos trabalhistas, cíveis e tributários.....		16.392	26.494
				Outras obrigações	24.1	15.870	14.573
Não Circulante		2.980.661	2.978.514	Não Circulante		1.397.838	1.405.495
Realizável a Longo Prazo		1.239.522	1.209.005	Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	17	121.694	161.634
Contas a receber de clientes, líquidas	7	833.851	832.873	Receita diferida.....	21	341.641	360.808
Partes relacionadas.....	9	8.183	4.582	Obras efetuadas por arrendatários	19	115.951	117.985
Depósitos judiciais	11	116.782	89.079	Créditos da União para aumento de capital.....	20	778.935	719.614
Bens destinados à alienação.....	10	824	246	Parcelamento processos trabalhistas, cíveis e tributários.....		1.755	13.061
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	31.1	266.602	270.616	Outras obrigações	24.2	37.862	32.393
Outros créditos.....	23.2	13.280	11.609				
				Patrimônio Líquido		1.452.247	1.418.842
Imobilizado	12	1.729.513	1.754.724	Capital social.....	22.1	1.414.100	1.414.100
Intangível	13	11.626	14.785	Lucros/Prejuízos acumulados.....		33.848	-
				Reservas de lucros	22.2	4.299	4.742
TOTAL DO ATIVO		3.250.151	3.177.724	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.250.151	3.177.724

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

8

0





COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

'DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DO RESULTADO
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30/09/2018
(em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	Nota	01/07/2018 a 30/09/2018	01/07/2017 a 30/09/2017	01/01/2018 a 30/09/2018	01/01/2017 a 30/09/2017
Receita líquida	25	246.201	224.611	664.340	641.810
Custo dos produtos e dos serviços prestados.....	26	(101.818)	(167.333)	(331.308)	(399.622)
Lucro bruto.....		144.383	57.278	333.032	242.188
Outras receitas (despesas) operacionais		(80.946)	(68.787)	(225.898)	(240.548)
Despesas administrativas e gerais	27	(56.314)	(106.554)	(180.026)	(281.551)
Outras receitas operacionais	29	6.448	41.995	3.802	51.958
Outras despesas operacionais	30	(31.080)	(4.228)	(49.674)	(10.955)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		63.437	(11.509)	107.134	1.640
Resultado financeiro		(12.356)	(8.841)	(37.294)	(32.524)
Receitas financeiras	28	4.574	5.218	11.041	15.564
Despesas financeiras	28	(16.930)	(14.059)	(48.335)	(48.088)
Lucro (prejuízo) operacional.....		51.081	(20.350)	69.840	(30.884)
Imposto de renda e Contribuição Social.....	31.1	(21.311)	4.843	(35.992)	8.511
Corrente		(19.723)	-	(31.978)	-
Diferido.....		(1.588)	4.843	(4.014)	8.511
Lucro (Prejuízo) do exercício.....		29.770	(15.507)	33.848	(22.373)
LUCRO (PREJUÍZO) POR LOTE DE MIL AÇÕES		0,11	(0,06)	0,12	(0,08)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

84



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30/09/2018
(em milhares de reais)

	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	TOTAIS
		RESERVA LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS		
Em 1º de janeiro de 2017	1.414.100	-	-	(38.190)	1.375.910
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....	-	-	-	-	-
Aumento de capital por acionistas minoritários.....	-	-	-	-	-
Resultado do exercício.....	-	-	-	(22.373)	(22.373)
Em 30 de setembro de 2017	1.414.100	-	-	(60.563)	1.353.537
Em 1º de janeiro de 2018	1.414.100	312	4.430	-	1.418.842
Aumento de capital por capitalização de créditos da União.....	-	-	-	-	-
Aumento de capital por acionistas minoritários.....	-	-	-	-	-
Resultado do exercício.....	-	-	-	33.848	33.848
Reserva legal.....	-	-	-	-	-
Resgate de ações minoritários privados.....	-	-	(443)	-	(443)
Em 30 de setembro de 2018	1.414.100	312	3.987	33.848	1.452.247



COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - CODESP
CNPJ 44.837.524/0001-07

DEMONSTRAÇÃO INTERMEDIÁRIA CONDENSADA DOS FLUXOS DE CAIXA
DOS PERÍODOS FINDOS EM 30/09/2018
(em milhares de reais)

	01/04/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais				
Valores recebidos de clientes	266.787	237.166	737.807	675.063
Valores pagos a fornecedores e prestadores de serviços	(47.868)	(79.263)	(186.150)	(218.029)
Valores pagos a empregados, inclusive benefícios	(65.131)	(70.254)	(197.247)	(210.935)
Valores pagos de encargos sociais	(17.463)	(26.520)	(54.888)	(68.030)
Valores pagos de contingências	(24.482)	(33.641)	(86.266)	(84.903)
Valores pagos de tributos, exceto IR e CSLL	(28.876)	(23.084)	(78.772)	(53.036)
Valores pagos de imposto de renda e contribuição social	(16.489)	-	(23.909)	-
Valores pagos de juros	(1.206)	(1.138)	(3.981)	(3.518)
Outros recebimentos (pagamentos) líquidos	(4.896)	(5.133)	(23.785)	(9.451)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais	60.376	(1.867)	82.809	27.161
Fluxos de caixa originados de atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(5.860)	(18.972)	(36.264)	(76.738)
Aquisição de intangível.....	-	-	(303)	(5.978)
Alienação de imobilizado	-	10	-	574
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de investimentos ..	(5.860)	(18.962)	(35.567)	(82.142)
Fluxos de caixa originados de atividades de financiamentos				
Recursos de acionistas	1.210	20.494	25.612	62.476
Juros e dividendos sobre capital próprio pagos	-	-	(1.500)	-
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	1.210	20.494	24.112	62.476
Aumento (redução) nas disponibilidades	55.726	(335)	70.354	7.495
Saldo inicial de caixa e equivalentes	123.587	143.791	108.959	135.961
Saldo final de caixa e equivalentes	179.313	143.456	179.313	143.456
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes	55.726	(335)	70.354	7.495

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30/09/2018
em milhares de reais, exceto pela nota nº 33**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma empresa pública de capital autorizado, vinculada ao Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, tendo como objeto social a administração e exploração comercial do Porto Organizado de Santos e demais instalações portuárias do Estado de São Paulo, já incorporadas ou que vierem a sê-lo, bem como, por solicitação do Governo Federal, das vias navegáveis interiores e portos de outros Estados, mediante convênio.

Em 29/12/2015, foi assinado o Convênio 001/2015, com vigência de 5 (cinco) anos a partir da data de sua assinatura, para o Porto de Santos administrar o Terminal Pesqueiro de Laguna/SC.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONDENSADAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2018.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - (R1) Demonstração Intermediária e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras intermediárias, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras intermediárias individuais de 30 de setembro de 2018, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas contábeis para as demonstrações financeiras anuais, uma vez que o seu objetivo é prover uma atualização das atividades, eventos e circunstâncias significativas em relação aquelas demonstrações financeiras anuais. Portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 à disposição no site da empresa.

As demonstrações financeiras intermediárias foram preparadas de forma consistente com as políticas contábeis divulgadas na Nota 3 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

A emissão destas demonstrações financeiras intermediárias foi aprovada pela Administração.

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

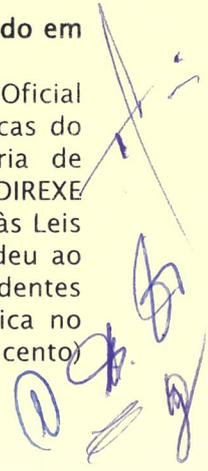
Não houve alterações de normas e práticas contábeis no período findo em 30 de setembro de 2018 quando comparadas às últimas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017.

a) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, não houve alteração nas estimativas e premissas que apresentasse risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis dos ativos e passivos para o exercício social corrente, em relação àquelas detalhadas na Nota 4 às últimas demonstrações financeiras anuais.

b) Principais eventos operacionais e societários ocorridos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018:

- I. Como amplamente divulgado através do Diário Oficial da União (DOU), Diário Oficial do Estado de São Paulo (DOE) e jornal de grande circulação, a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, conforme Assembleia Geral Extraordinária de 18/05/2018, Deliberação CONSAD nº 042.2018, de 21/05/2018, Decisão DIREXE nº 216.2018, de 24/05/2018 e Parecer CONFIS nº 002.2018, em conformidade às Leis n.º 6.404/1976 e 13.303/2016, bem como ao Decreto nº 8.945/2016, procedeu ao resgate das ações dos acionistas minoritários privados, cujos valores correspondentes foram retirados da Reserva de Lucros e transferidos para uma conta específica no Passivo Circulante, sendo 98,89% (noventa e oito vírgula oitenta e nove por cento)



deste valor depositado nas respectivas contas correntes dos acionistas. Desta forma, a partir da Assembleia Geral Extraordinária de 28/06/2018, a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, que era uma sociedade de economia mista, passou a ser uma empresa pública, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 22.

- II. Em julho de 2018, o Grupo Libra entrou com pedido de recuperação judicial na Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), a qual foi aceita em 27/07/2018. O pedido de recuperação judicial envolve valor na ordem de R\$ 1,8 bi, sendo que do total, cerca de 80% são créditos para instituições financeiras. O processo envolve 15 (quinze) companhias ligadas ao grupo, incluindo a LIBRA Terminais, que executa operações portuárias nos Portos de Santos e do Rio de Janeiro. Este fato pode trazer impactos econômico-financeiros relevantes para a Companhia Docas do Estado de São Paulo-CODESP, conforme apontado na Nota Explicativa nº 07.

4. ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

Com o advento das Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos do Conselho Federal de Contabilidade, por obrigatoriedade, devem ser implementadas as adequações de acordo com as normas internacionais de contabilidade, observando os dispositivos aplicáveis através dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os registros contábeis não atendem ao disposto conforme abaixo:

CPC 33 - Benefícios a empregados: A empresa é patrocinadora de plano de pensão multipatrocinado de benefício definido. Considerando os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, o valor do déficit atuarial declarado pelo PORTUS não está quantificado integralmente nas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

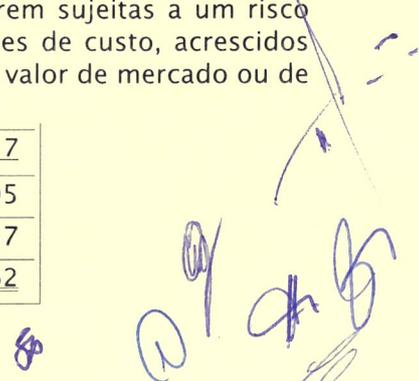
a) Caixa e equivalentes de caixa

	30/09/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	9.045	7.297
Aplicações financeiras	170.268	101.662
Total	179.313	108.959

b) Natureza das aplicações financeiras

As aplicações financeiras estão substancialmente representadas por cotas em fundo de investimento de renda fixa. Na elaboração do fluxo de caixa, essas aplicações foram consideradas como equivalentes de caixa por possuírem liquidez imediata e por estarem sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, as quais são registradas pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

	30/09/2018	31/12/2017
Fundo de renda fixa - BB	12.180	22.305
Fundo de Renda fixa - CEF	158.088	79.357
Total	170.268	101.662



6. VALORES VINCULADOS À APLICAÇÃO EM INFRAESTRUTURA

O Governo Federal através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI remete valores previstos no orçamento de investimentos da CODESP, cuja contrapartida é efetuada em créditos da União para aumento de capital. A nota explicativa nº 20 complementa a informação em relação aos valores recebidos em 2018.

Embora as aplicações possuam liquidez imediata, os recursos são utilizados estritamente para pagamento de obras ou aquisições previstas nas ações do orçamento de investimento com recursos do tesouro nacional, dessa forma estão informados como valores vinculados à aplicação em obras de infraestrutura e não integram as disponibilidades no fluxo de caixa.

Por vezes, a Codesp é obrigada a cumprir compromissos referentes à aplicação em infraestrutura sem o devido recebimento deste valor por parte da União. Referente ao exposto anteriormente, em 30/09/2018 a empresa é credora do valor de R\$ 29 (R\$ 41 em 31/12/2017).

7. CONTAS A RECEBER LÍQUIDAS

	30/09/2018	31/12/2017
Valores a receber de serviços prestados	1.279.254	1.280.735
(-) Perdas estimadas c/créditos liquidação duvidosa	(391.715)	(391.715)
Total	887.539	889.020
Curto prazo	53.688	56.147
Longo prazo	833.851	832.873

O valor a receber da empresa Libra Terminal 35 S/A, corresponde a 90,29% do valor do contas a receber (90,19% em 31/12/2017). Os valores a receber decorrem do faturamento emitido conforme disposto no Contrato PRES/32.98. A Secretaria de Portos celebrou, em 02/09/2015, a prorrogação antecipada daquele contrato até 04/09/2035, unificando ao mesmo os contratos PRES/11.95 e DP/19.2000, e transferindo a titularidade à Libra Terminais S/A, conforme segundo termo aditivo ao contrato PRES/32.98, no qual também foram estipulados os novos valores do arrendamento. O litígio relativo ao débito anterior à assinatura do termo aditivo foi transferido para um procedimento de arbitragem, conforme termo de compromisso arbitral firmado em 02/09/2015 entre Secretaria de Portos, CODESP, Libra Terminal 35 S/A e Libra Terminais S/A com a interveniência da ANTAQ. Porém, em julho de 2018, o Grupo Libra entrou com pedido de recuperação judicial na Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP), o qual foi aceito em 27/07/2018. Tal pedido envolve valor na ordem de R\$ 1,8 bi, sendo que do total, cerca de 80% são créditos para instituições financeiras. O processo envolve 15 (quinze) companhias ligadas ao grupo, incluindo a Libra Terminais, que executa operações portuárias nos Portos de Santos e do Rio de Janeiro. De acordo com parecer do nosso departamento jurídico e da empresa de advocacia contratada para defender a Codesp no procedimento de arbitragem, a Libra, em sua petição inicial, indicou um crédito quirografário total de R\$ 10,8 milhões em favor da CODESP. Quanto à disputa arbitral, apesar de mencionada a sua existência, a LIBRA informou que a mesma versa sobre quantia ilíquida não tendo, assim, discriminado qualquer crédito dela decorrente em favor da CODESP. Diante disso, a CODESP deverá apresentar, inicialmente, divergência administrativa de crédito dirigida ao Administrador Judicial, cujo prazo foi postergado por decisão judicial e, caso a divergência não seja acatada, deverá a CODESP apresentar impugnação judicial do crédito, em manifestação dirigida ao Juízo da recuperação judicial, cujo prazo ainda não se iniciou. Diante destes fatos, a Codesp está analisando e ajustando as medidas judiciais, financeiras e contábeis que irá adotar, em curto espaço de tempo, para equacionar os impactos econômico-financeiros relevantes que esta recuperação judicial poderá trazer para a Companhia Docas do Estado de São Paulo-CODESP.

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O detalhamento dos créditos tributários está demonstrado no quadro abaixo:

	30/09/2018	31/12/2017
Saldo negativo de IRPJ	-	3.626
Saldo negativo de CSLL	-	-
Outros créditos tributários retidos sobre faturamento	61	267
Total	61	3.893

9. PARTES RELACIONADAS

Os recursos repassados pelo Porto de Santos ao Terminal Pesqueiro de Laguna-SC, administrado pela CODESP conforme mencionado na nota explicativa nº 1, são de responsabilidade do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil. Como não existe a certeza do recebimento deste, o valor apresentado é líquido já considerando este provável não recebimento. Os créditos relativos aos demais órgãos se referem exclusivamente a ressarcimento de colaboradores cedidos.

	30/09/2018	31/12/2017
Ministério Transportes, Portos e Aviação Civil (líquido)	7.926	4.450
Ministério da Fazenda	22	21
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	27	7
Ministério do Trabalho e Emprego	208	104
Total	8.183	4.582

10. BENS DESTINADOS À ALIENAÇÃO

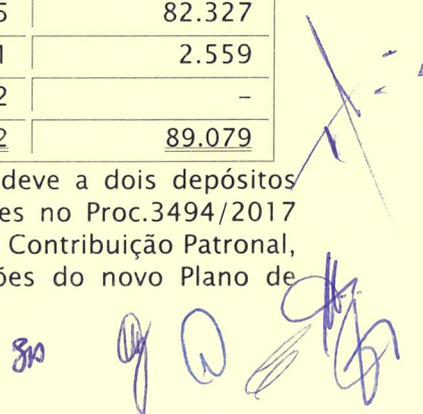
O valor corresponde aos bens baixados do ativo imobilizado são classificados no realizável a longo prazo, em razão de ser necessária a alienação dos mesmos através de leilão, cujo trâmite não permite identificar, com absoluta certeza, se o processo será realizado nos próximos doze meses e se haverá interessados na aquisição dos lotes.

11. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Representam ativos restritos da Companhia e estão relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos respectivos litígios, conforme quadro abaixo:

	30/09/2018	31/12/2017
Depósitos Cíveis	23.674	4.193
Depósitos Trabalhistas	86.175	82.327
Depósitos Tributárias	2.961	2.559
Ações Regressivas Trabalhistas-Responsab. Solidaria	3.972	-
Total	116.782	89.079

O aumento relevante no valor relativo aos depósitos judiciais cíveis se deve a dois depósitos efetuados nestes dois primeiros trimestres: Depósito Recursal 7,4 milhões no Proc.3494/2017 3ª VFS - Intermédica; Depósito Judicial de 10 milhões referente ao Portus - Contribuição Patronal, que continuará ocorrendo até decisão sobre o reajuste das contribuições do novo Plano de Custeio.



12. IMOBILIZADO, LÍQUIDO

	30/09/2018	31/12/2017	TAXAS DE DEPRECIÇÃO (%)
Mobiliário em geral	1.594	1.842	10,0
Veículos	906	987	10,0
Máquinas, motores e aparelhos	7.337	8.213	3,33 a 10,0
Equipamentos diversos	1.905	2.064	3,33 a 10,0
Outros bens móveis	109	117	4,0 a 12,5
Equipamentos de informática	6.385	7.018	20,0
Edifícios	30.846	31.719	2,0
Instalações	750.800	512.553	1,43 a 10,0
Vias de acesso terrestre	168.107	174.441	1,43 a 6,67
Infraestrutura terrestre	20.915	21.667	1,43 a 6,67
Infraestrutura aquaviária	94.435	94.435	-
Outras construções	550.089	556.821	1,43 a 6,67
Obras em andamento	59.737	303.231	-
Bens móveis industriais	5.254	6.091	3,33 a 10,0
Bens imóveis industriais	31.094	33.525	3,33 a 10,0
Total	1.729.513	1.754.724	

13. INTANGÍVEL

O valor de R\$ 11.626 (R\$ 14.785 em 31/12/2017) refere-se a licenças de softwares adquiridas e capitalizadas com base nos custos incorridos. Esses custos estão sendo amortizados pela vida útil estimada de até dez anos.

14. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo imobilizado da CODESP e com os bens da UNIÃO sob uso e guarda desta Companhia, e foram contratados para o período de 01-05-18 a 30-04-19.

A apólice de riscos operacionais tem cobertura contra danos materiais a bens móveis e imóveis da empresa e dos bens da União dos quais tem uso e guarda, abrangendo acidentes de natureza súbita e imprevista. Esta cobertura não contempla os bens móveis e imóveis localizados nas áreas arrendadas, cuja responsabilidade do seguro é exclusiva do arrendatário.

A apólice de responsabilidade civil tem a cobertura de danos causados a terceiros em decorrência das atividades desenvolvidas no cumprimento das obrigações da autoridade portuária, previstas na lei 12.815, de 05/06/2013.

	30/09/2018	31/12/2017
Riscos operacionais	425.844	422.357
Automóveis	4.249	4.249
Responsabilidade civil	30.500	30.500

15. SALÁRIOS, PROVISÃO E ENCARGOS SOCIAIS.

	30/09/2018	31/12/2017
Salários a pagar	12.389	12.030
Provisão de férias	34.715	33.243
Encargos sociais	7.501	7.721
Provisão de 13º Salário	17.041	-
Outros	119	-
Total	71.765	52.994

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/09/2018	31/12/2017
Imposto sobre circulação de mercadorias- ICMS	697	498
Retenção de tributos federais- Lei 10.833/03	1.625	1.946
Retenção para seguridade social - INSS	692	932
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	6.142	8.477
Programa de integração social - PIS	1.534	1.182
Contribuição financiamento seg. social - COFINS	7.080	5.542
Imposto sobre serviços - ISS	1.128	1.159
Imposto de Renda e Contribuição Social	6.648	-
Total	25.546	19.736

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, CÍVEIS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus advogados e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas esperadas com as ações em curso.

MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis	TOTAL
Saldo em 01/01/2017	194.924	193.637	388.561
(+) Adições	20.475	65.142	85.617
(-) Reversão e baixas	(65.202)	(76.942)	(142.144)
Saldo em 31/12/2017	150.197	181.837	332.034
(+) Adições	35.697	25.055	60.752
(-) Reversão e baixas	(4.287)	(27.940)	(32.227)
Saldo em 30/09/2018	181.607	178.952	360.559
Curto Prazo	143.990	94.875	238.865
Longo Prazo	37.617	84.077	121.694



Provisões trabalhistas

Refere-se às estimativas para os processos judiciais trabalhistas de diversas naturezas, cuja probabilidade de desfecho é considerada de perda provável por nossos advogados.

Provisões cíveis

Refere-se basicamente a ações judiciais com pleito de atualização monetária e juros por pagamentos efetuados com atraso, ações judiciais de indenizações e lucros cessantes.

Provisões Tributárias

A empresa não se utiliza de recursos jurídicos para recolher os tributos de forma diferenciada do previsto na legislação. Portanto, não existem fatos geradores que ensejem a constituição de provisão para contingências de recolhimentos efetuados em desacordo com a legislação.

A exceção ao mencionado é em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, que as Prefeituras Municipais de Santos e do Guarujá entendem incidir sobre os imóveis utilizados no Porto de Santos, de propriedade da União, e que não estão registradas no ativo imobilizado da CODESP.

Considerando os julgamentos pelo E. Supremo Tribunal Federal (processos nº 3029/95, 4099/94, 1982/04, 7099/92, 5787/95 e 5765/95) através da 1ª e 2ª Turmas que reconheceram a não incidência do IPTU sobre os imóveis da União, administrados pela CODESP, entendimento este confirmado mediante o julgamento pelo Pleno (Recurso Extraordinário 253472) e, conforme parecer dos nossos advogados é desnecessário a constituição de provisão.

Passivos contingentes

Considerando a opinião dos Assessores Jurídicos e a avaliação da Administração, alguns processos possuem expectativa de perda avaliada como possível e devido a esta classificação não são efetuadas provisões contábeis de acordo com as normas do CPC.

Em 30/09/2018, o montante estimado para processos judiciais, cujas probabilidades de perdas foram avaliadas como possíveis pelos advogados da empresa, representativos de contingências passivas relacionadas a questões trabalhistas foi de R\$ 219.938 (R\$ 281.730 em 31/12/2017) e para processos cíveis R\$ 40.084 (R\$ 39.940 em 31/12/2017).

18. PLANO DE PENSÃO

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de (i) 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e (ii) o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial é de R\$ 1.724.967 em 31/12/2017, sem variações apontadas pelo Portus para 30/09/2018, valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada. Todas as partes envolvidas nesta questão estão tentando firmar um acordo extrajudicial para eliminar esta pendência.

As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes aos três primeiros trimestres de 2018, foram no montante de R\$ 12.199 (R\$ 18.350 em 31/12/2017).

19. OBRAS EFETUADAS POR ARRENDATÁRIOS

A empresa mantém contratos de arrendamentos operacionais, oriundos de processos licitatórios, de áreas e/ou instalações localizadas dentro do porto organizado, com disponibilização de infraestrutura mínima de acordo com a localização, definidas por configurações denominadas de "sítio padrão", conforme a seguir descritas:

- a) Sítio de Cais: plana, terraplenada (independente da resistência do solo), desimpedida, com profundidade adequada na região contígua ao estuário, com berço disponível em termos de obras civis (na sua forma mais econômica, porém operacional);
- b) Sítio de Retro Área: plana, terraplenada, desimpedida, com acesso rodoviário pavimentado.

Nos contratos cujas áreas existam investimentos negativos, ou seja, necessidade de investimentos para que se atinjam as condições mínimas exigidas nas regras descritas no "Sítio Padrão", tais como aterros, recuperação do solo e construção de berços, os valores dessas obras, a serem realizadas pelo arrendatário, serão ressarcidos pela administração portuária, de acordo com o disposto nos respectivos contratos de arrendamento, no período do prazo contratual remanescente, a contar da data do aceite das obras, em parcelas mensais reajustadas.

A composição do débito está demonstrada no quadro abaixo:

Arrendatário	Desembolso até	Índice Correção	Contrato	30/09/2018	31/12/2017
Brasil Term. Portuário	30/01/2027	IGP-M	24/2001	122.865	122.534
Ecoporto Santos S/A	30/06/2023	TJLP	28/1998	9.918	10.928
Total				<u>132.783</u>	<u>133.462</u>
Curto Prazo				16.832	15.477
Longo Prazo				115.951	117.985

20. CRÉDITOS DA UNIÃO PARA AUMENTO DE CAPITAL

A União destina recursos ao programa de investimentos no Porto de Santos, com a contrapartida de crédito para aumento de capital. Os recursos recebidos pela CODESP, enquanto não capitalizados, sofrem a incidência de encargos financeiros com base na variação da taxa SELIC, conforme previsto no decreto 2.673/98.

	30/09/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	719.614	586.847
Aumento de capital no exercício	-	-
Créditos da UNIÃO no exercício	23.838	72.086
Encargos financeiros - Decreto 2673/98	35.483	60.681
Saldo final	<u>778.935</u>	<u>719.614</u>

21. RECEITA DIFERIDA

Os contratos de arrendamentos operacionais assinados com a Administração Portuária envolvem pagamentos parciais feitos antecipadamente (na data do leilão da área arrendada), que são reconhecidos em base linear durante a vigência do contrato de arrendamento mercantil, conforme item 50 do CPC 06. Os contratos com receita diferida são PRES.69/1997, DP-DC.02/2009, DP-DC.01/2010 e DIPRE.45/2016, conforme composição a seguir:

	PRES.69/1997	DP-DC.02/09	DP-DC.01/10	DIPRE.45/16	TOTAL
Saldo 01/01/2017	30.183	157.523	192.113	3.807	383.626
Receita diferida no período	-	-	2.586	-	2.586
Apropriações no período	(5.101)	(8.751)	(10.674)	(878)	(25.404)
SALDO EM 31/12/2017	25.082	148.772	184.025	2.929	360.808
Receita diferida no período	-	-	-	-	-
Apropriações no período	(3.826)	(6.563)	(8.119)	(659)	(19.167)
Saldo em 30/09/2018	21.256	142.209	175.906	2.270	341.641

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

22.1 Capital Social Realizado

O Capital Social em 31 de dezembro de 2017 era representado por 136.882.858.511 ações ordinárias e 136.882.858.506 preferenciais, ambas as espécies nominativas, sem valor nominal e de classe única. O último aumento de capital foi efetuado pela AGE de 19/06/2015 com homologação na AGE de 27/11/2015.

Em junho de 2018, a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, conforme Assembleia Geral Extraordinária de 18/05/2018, Deliberação CONSAD nº 042.2018, de 21/05/2018, Decisão DIREXE nº 216.2018, de 24/05/2018 e Parecer CONFIS nº 002.2018, em conformidade às Leis n.º 6.404/1976 e 13.303/2016, bem como ao Decreto nº 8.945/2016, procedeu ao resgate das ações dos acionistas minoritários privados. Portanto, a partir desta data a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP passou a ser uma empresa pública. O pagamento do resgate das ações foi feito com recursos provenientes da Reserva de Retenção de Lucros, não ensejando redução do capital social, mas o cancelamento das respectivas ações. A partir desta data a CODESP tem como únicos acionistas a União Federal, com 273.680.195.271 ações que representa 99,99999984% da participação acionária e o Município de Santos, com 436 ações representando 0,00000016% da participação acionária.

22.2 Dividendos propostos e/ou juros sobre o Capital Próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A Companhia tem a opção legal de atribuir aos acionistas juros calculados com base na TJLP sobre o patrimônio líquido, que são dedutíveis para fins tributários, podendo ser computados aos dividendos obrigatórios ao final do exercício. A Codesp não adota a política de antecipação dos dividendos intermediários.

	30/09/2018	31/12/2017
Lucro (Prejuízo) do exercício	33.848	44.432
Prejuízos Acumulados	-	-
Compensação de prejuízos acumulados	-	(38.190)
Reserva legal (5%)	-	(312)
Retenção de Lucros	-	(4.430)
Lucro base para cálculo do dividendo	-	5.930
Juros sobre capital próprio do exercício	-	1.500

23. OUTROS CRÉDITOS

23.1 CURTO PRAZO

	30/09/2018	31/12/2017
Férias a apropriar	3.883	1.548
Renegociação de faturas a receber	16.825	11.530
Vales Provisórios	11	-
Sinistros cobertos por apólice	274	288
Cobrança de Plano de Saúde	429	303
Recuperação de Portus - Assistidos	-	1.847
Diversos	219	177
Total	21.641	15.693

23.2 LONGO PRAZO

	30/09/2018	31/12/2017
Renegociação de faturas a receber	13.151	11.479
Multas Receber - Pref.Munc.Santos - Proc. 54014/2006	126	126
Diversos	3	4
Total	13.280	11.609

24. OUTRAS OBRIGAÇÕES

24.1 CURTO PRAZO

	30/09/2018	31/12/2017
ATP - Adicional de tarifa portuária	6.476	6.476
Adiantamento de Tarifa Portuária	2.593	2.230
Cauções	4.802	4.307
Convênios e empréstimos para funcionários	452	474
Pensões Judiciais	609	534
Contribuições Sociais e Sindicais	261	289
Diversos	677	263
Total	15.870	14.573

24.2 LONGO PRAZO

	30/09/2018	31/12/2017
Convenio 002/1990 - União - Laguna	37.862	32.393

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	30/09/2018	30/09/2017
Receitas tarifárias		
- Utilização da infraestrutura portuária	355.515	324.258
- Utilização da infraestrutura terrestre	80.969	72.954
- Fornecimento de energia	32.958	27.793
- Outras receitas	8.483	9.705
Receitas de arrendamento		
- arrendamentos operacionais e alugueis	282.143	291.316
Impostos incidentes sobre vendas		
- Imposto sobre serviços - ISS	(19.493)	(12.070)
- Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(5.932)	(5.003)
- Programa de integração social - PIS	(12.541)	(11.977)
- Contrib. financiamento seguridade social - COFINS	(57.762)	(55.166)
Total	<u>664.340</u>	<u>641.810</u>

26. CUSTOS OPERACIONAIS

	30/09/2018	30/09/2017
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	(129.134)	(139.315)
Encargos sociais	(39.865)	(42.596)
Serviços de terceiros	(121.190)	(174.504)
Depreciação	(33.001)	(33.248)
Aluguéis	(1.297)	(1.546)
Utilidades e serviços e materiais	(6.821)	(8.413)
Total	<u>(331.308)</u>	<u>(399.622)</u>

27. DESPESAS ADMINISTRATIVAS E GERAIS

	30/09/2018	30/09/2017
Pessoal, encargos do trabalho e benefícios	(80.426)	(86.151)
Encargos sociais	(17.044)	(18.554)
Serviços de Terceiros	(22.722)	(20.487)
Aluguéis	(7.636)	(7.499)
Utilidades e serviços e materiais	(7.672)	(8.208)
Demandas judiciais	(38.689)	(134.177)
Outras despesas	(5.837)	(6.475)
Total	<u>(180.026)</u>	<u>(281.551)</u>

28. RESULTADO FINANCEIRO

	30/09/2018	30/09/2017
Receitas Financeiras		
Juros e variação monetária	3.425	2.502
Rendimentos de aplicações financeiras	6.808	12.630
Outras	808	432
Receitas Financeiras Totais	<u>11.041</u>	<u>15.564</u>
Despesas Financeiras		
Variação monetária e cambial	(37.013)	(42.169)
Juros pagos ou incorridos	(11.322)	(5.919)
Despesas Financeiras Totais	<u>(48.335)</u>	<u>(48.088)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(37.294)</u>	<u>(32.524)</u>

29. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	30/09/2018	30/09/2017
Reversão de provisões	2.9267	49.579
Venda de ativo imobilizado	-	161
Cessão do direito de operacionalização da folha de pagto.	659	659
Diversas	216	1.559
Total	<u>30.142</u>	<u>51.958</u>

30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	30/09/2018	30/09/2017
Provisão por insuficiência atuarial – Plano de pensão	-	(3.263)
Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários	(31.411)	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.476)	(4.106)
Outras	(12.787)	(3.586)
Total	<u>(49.674)</u>	<u>(10.955)</u>

31. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

31.1 Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A apuração do imposto de renda e contribuição social diferido, de acordo com as IAS 12 (norma internacional de contabilidade 12) e o CPC 32 (norma correspondente no Brasil), tem como objetivo prescrever o tratamento contábil a ser dado ao imposto sobre lucros, tendo em vista que o principal problema que se apresenta ao contabilizar é a forma de tratar as consequências atuais e futuras.

Segundo o princípio contábil da competência, se a contabilidade já reconheceu uma receita ou lucro, tal despesa de Imposto de Renda (IR) deve ser reconhecida nesse mesmo período, mesmo que tais receitas e lucros tenham a sua tributação diferida para efeitos fiscais.

O Imposto de Renda diferido ocorre quando determinados custos ou despesas, que já foram contabilizados no exercício, são dedutíveis para fins de imposto de renda, apenas em exercícios posteriores, quando efetivamente forem confirmados ou pagos, chamados de temporários. As diferenças temporárias surgem quando se inclui receitas ou despesas no resultado contábil em um período e a tributação dessas despesas são incluídas em período diferente, ou seja, há diferença entre o lucro contábil e o lucro fiscal que é utilizado para calcular o Imposto de Renda. O Imposto de Renda passivo é reconhecido sobre diferenças que resultarão em valores que serão dedutíveis ou prejuízos a compensar posteriormente, em relação às diferenças tributáveis temporárias.

A provisão do Imposto de Renda sobre os lucros diferidos não é despesa incorrida, ou seja, não se trata de obrigação tributária. Se a pessoa jurídica sofrer prejuízo fiscal nos períodos-base subsequentes, os lucros diferidos poderão ser compensados com o prejuízo fiscal e a provisão será revertida pra lucros acumulados. No Brasil, o tratamento dos ativos e passivos fiscais diferidos, além do Imposto de Renda, também deve ser aplicado em relação à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) que também é calculada a partir do lucro contábil das empresas.

Os valores de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL diferidos foram calculados à alíquota de 34%. Na Codesp, a base do IRPJ e CSLL diferidos são formadas, principalmente, por Provisões trabalhistas, cíveis, créditos de liquidação duvidosa, prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL de períodos anteriores. Esses valores estão registrados no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A Administração, com base em suas projeções de lucros tributáveis futuros, estima que os créditos tributários registrados sejam realizados. A origem dos impostos diferidos está detalhada no quadro abaixo:

ELEMENTOS	31/12/2017			
	VALOR R\$	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	ATIVO DIFERIDO
PROV.TRABALHISTA	150.197	37.549	13.518	51.067
PROV.CÍVEL	181.837	45.459	16.365	61.824
CRED.LIQ.DUVIDOSA	391.715	97.929	35.254	133.183
BASE NEGATIVA CSLL	71.157	-	6.405	6.405
PREJ.FISCAL IRPJ	72.549	18.137	-	18.137
TOTAL GERAL 31/12/2017	867.455	199.074	71.542	270.616
ELEMENTOS	30/09/2018			
	VALOR R\$	IRPJ - 25%	CSLL - 9%	ATIVO DIFERIDO
PROV.TRABALHISTA	181.607	45.402	16.345	61.747
PROV.CÍVEL	178.951	44.738	16.106	60.844
CRED.LIQ.DUVIDOSA	391.715	97.929	35.254	133.183
BASE NEGATIVA CSLL	30.603	-	2.754	2.754
PREJ.FISCAL IRPJ	32.298	8.074	-	8.074
TOTAL GERAL 30/09/2018	815.174	196.143	70.459	266.602

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and several smaller initials.

32. PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO RESULTADO

A empresa reconhece a participação nos resultados com base no lucro atribuível aos acionistas, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. Estes valores são calculados apenas no final de cada exercício, de acordo com o resultado alcançado.

33. REMUNERAÇÃO PAGA A ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações mensais (base: setembro/2018) pagas pela Empresa aos seus dirigentes e funcionários, incluídas todas as vantagens e benefícios efetivamente percebidos, foram:

<u>ADMINISTRADORES</u>	<u>em reais</u>
- maior remuneração	37.487,01
<u>EMPREGADOS</u>	
- maior remuneração	39.608,74
- menor remuneração	1.452,14
- salário médio	13.081,51



LUIZ FERNANDO GARCIA
Diretor Presidente



FRANCISCO JOSÉ ADRIANO
Diretor Administrativo e Financeiro



CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA POÇO
Diretor de Operações Logísticas



JOSÉ ALFREDO DE ALBUQUERQUE E SILVA
Diretor de Relações com o Mercado e Comunidade



HILÁRIO SEGUIN DIAS GURIÃO
Diretor de Engenharia



EUGÊNIO CARVALHO
Superintendente Financeiro



PÉRSIO BELLUOMINI MORAES
Gerente de Contabilidade
CRC 1SP215355/O-0

RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos acionistas e Conselheiros e Administradores da
COMPANHIA DOCAS DO ESTADO DE SÃO PAULO – CODESP
CNPJ N° 44.837.524/0001-07
Santos (SP)

INTRODUÇÃO

Revisamos o balanço patrimonial condensado da Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP, em 30 de setembro de 2018, e as respectivas demonstrações condensadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data. A administração é responsável pela elaboração e apresentação dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

ALCANCE DA REVISÃO

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVA

A Companhia é patrocinadora, juntamente com outras empresas do sistema portuário nacional, de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através do PORTUS – Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada, fiscalizada pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social. No atual plano de benefício definido, a aposentadoria é calculada pela diferença de **(i)** 80% do salário médio de participação dos últimos 12 (doze) meses indexados à variação do INPC até a data do início do benefício e **(ii)** o valor dos benefícios fornecidos pelo sistema oficial de previdência social. O salário de participação é limitado a 3 (três) vezes o limite máximo do salário de contribuição da Previdência Oficial. A responsabilidade da patrocinadora CODESP, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelo PORTUS para execução dos serviços de avaliação atuarial é de R\$ 1.724.967 em 31/12/2017, sem variações apontadas pelo Portus para 30/09/2018, valor esse não reconhecido pela CODESP, motivo pelo qual a questão está judicializada.

Todas as partes envolvidas nesta questão estão tentando firmar um acordo extrajudicial para eliminar esta pendência.

As contribuições da empresa com base na folha salarial, referentes aos três primeiros trimestres de 2018, foram no montante de R\$ 12.199 (R\$ 18.350 em 31/12/2017).

Considerando que a companhia é patrocinadora desse plano de pensão multipatrocinado de benefício definido e que os fatos e eventos em controverso existentes entre as partes e as discrepâncias de valores e de critérios utilizados para apuração dos dados apresentados pelas consultorias contratadas pelas partes, **o valor do déficit atuarial declarado pelo PORTUS não está quantificado** nas demonstrações financeiras.

CONCLUSÃO COM RESSALVA

Com base em nossa revisão, com exceção do assunto descrito no parágrafo anterior, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ribeirão Preto (SP), 19 de dezembro de 2018.



AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S

CRC-2SP022486/O-4 CVM - 9555

Tanagildo Aguiar Feres

Contador - CRC1SP067138/O-0